

ACORDO E CONFLITO: RELAÇÃO DAS OLIGARQUIAS AGRÁRIAS, SETORES COMERCIAIS E CAMADAS POPULARES NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA VELHA, NO CEARÁ

Marcelo Ayres Camurça Lima

1. PERSPECTIVA TEÓRICA

- a) *Composição de Uma Teoria Mais Complexa a Partir dos Esquemas Teóricos de Víctor N. Leal e Maria I. P. Queiroz.*

As intensas convulsões sociais que sacudiram o Ceará na segunda década deste século tiveram suas motivações dentro da articulação: 'Poder Federal — interesses regionais' onde, no primeiro nível, se planeja e se intervém nas unidades localizadas, pois é a partir da soma de adesões de cada uma destas que se conserva ou se altera o Poder Central; assim como no segundo plano os diversos interesses em questão se conflitam ou se acomodam na busca pelo poder local, sendo este movimento sempre informado por um estímulo, ajuda, ou omissão do Poder Federal que deflagra e define na correlação de forças a situação de Poder Estadual e, conseqüentemente, do Poder Federal.

É na correlação entre estes dois planos, o Federal e o Regional (local), que procurei montar meu esquema conceitual para explicar as ações sociais e políticas das classes, frações e segmentos, de 1912 a 1917, no Ceará, assim como fenômenos do tipo "Política dos Governadores" e "Política das

Salvações”, representativas da dinâmica da República Velha, presentes na articulação acima descrita.

Alimentaram a composição do meu esquema conceitual as obras de Victor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz: *Coronelismo, enxada e voto* e *O mandonismo local na vida política brasileira*, respectivamente. Embora sejam as duas sínteses que partem do poder municipal, estabelecendo suas relações até o Poder Federal e deste retornando ao primeiro, ambas dão uma visão clara deste esquema recíproco de poder, onde o Poder Central garante a manutenção das oligarquias e estas, por sua vez, afiançam a continuidade daquele, num esquema rígido e resistente.

“O prestígio próprio dos ‘coronéis’ e o prestígio de empréstimo que o Poder Público lhes outorga — são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados”. (Leal: *op. cit.* pág. 43).

“Nessa mais ampla composição política, os instrumentos que mais eficazmente garantiam a preponderância do presidente da República, eram na ordem financeira, os auxílios da União destinados a suprir a escassez das rendas estaduais e na ordem política o reconhecimento dos poderes (a degola) que podia manter no Congresso Federal ou dele expulsar os senadores e deputados...” (*Id.*: *ibid.*, p. 102-103).

“O Compromisso dos governadores com os ‘coronéis’ e o compromisso dos presidentes com os governadores — assentavam, portanto, na inconsciência do eleitorado rural” (*Id.*: *ibid.* pg. 105).

“Tanta ciência tinham desta política as oposições dentro dos estados que revoluções estouravam de preferência quando o governo estadual se mostrava incompatibilizado com o governo central; e as oposições estaduais se dirigiam então ao governo federal, solicitando auxílio que aberta ou verdadeiramente lhes era concedido; já no caso do governo estadual ter sido sempre fiel ao central, restava à oposição cruzar os braços e esperar que um ventinho de discórdia soprasse entre ambos” (Queiroz: *op. cit.* pp. 128-122).

“O presidente de Estado era contrário a uma candidatura à Presidência da República; esta venia; ele aderiu. Acendendo-se a luta dentro de um estado, o governo central apoiava o vencedor, isto é, aderiu a ele”. (*Id. ibid.*: pp. 128-130).

Porém, por serem grandes sínteses, generalizações teóricas, cujo cerne era demonstrar como funcionavam os esquemas do “Coronelismo” e do “Mandonismo”, estes trabalhos marcaram mais o pólo positivo e eficaz desses sistemas de poder.

No meu caso, no entanto, por ter que trabalhar em cima de formações sociais concretas, numa reconstituição histórica, tive que compor meu esquema conceitual ampliando-o para outro pólo, senão os das contradições e crises do sistema, contradições e crises dentro do Poder Central entre os estados líderes, contradições dentro da “Política dos Governadores”, entre o Legislativo e o Executivo, a intermediação do exército enquanto Instituição; o jogo político dos conflitos mais violentos, autênticas guerras civis, seguido dos conchavos e conciliações mais inesperadas entre inimigos jurados; e, por fim, o papel das camadas populares mudando o percurso político traçado pelas elites nos seus acordos ou conflitos, reforçando mudanças e radicalizando situações.

Nisto eu me proponho inovar: mostrar, na análise de fatos concretos, as brechas, as contradições e os interstícios desse sistema menos rígido e resistente do que na verdade os estudos de Leal e Queiroz pareciam supor.

b) *Crítica ao Esquema Simplista — Comércio x Latifúndio*

Outra questão teórica importante que marca de maneira decisiva esta reconstituição histórica (a queda da oligarquia Acioli na esteira da “Política das Salvações”, a constituição do governo de Franco Rabelo, e sua posterior derrubada pela articulação que envolvia o Poder Federal, as oligarquias locais, com a utilização da comunidade do Joaseiro) é a de quais foram a lógica e os objetivos desses atores sociais (oligarquias, setores comerciais e camadas populares) no cenário político da época, e nos dois planos apontados (Poder Central e Regional).

Uma versão muito veiculada por pesquisadores e historiadores colocava o *locus* do conflito e a chave explicativa

para todas as mudanças do poder no antagonismo estrutural entre forças "modernizadoras burguesas" contra forças "conservadoras agrárias".

"A burguesia urbana, cujos interesses, em medida crescente contrapunham-se aos interesses latifundistas" (Facó, Rui: *Cangaceiros e Fanáticos*, pg. 183).

Pesquisas mais recentes vêm demonstrar que esta simplificação teórica não conseguia dar conta do fenômeno social e histórico em toda sua complexidade; no caso cearense, nota-se claramente a inexistência destes dois blocos rígidos e antagonísticos (comércio x latifúndio), as forças que se congregaram em torno do que se convencionou chamar "Rabelismo" não eram inteiramente comerciais já que contavam com a participação decisiva da oligarquia dissidente dos Paula Rodrigues Pessoa, ligados à criação de gado, assim como a oligarquia Acioli mantinha intensa articulação com o comércio e produção industrial, sendo eles próprios proprietários de fábrica de tecidos, e estando ligados ao maior grupo de exportação/importação, a Companhia Boris Frères. No entanto, não se pode negar as contradições entre os interesses econômicos das camadas em conflito por espaço no aparelho de Estado com fins de fluir melhor tais interesses, assim como a outra face da moeda, a acomodação, a conciliação dos interesses, os pactos estabelecidos conformando no poder um outro realinhamento de forças que satisfazia as duas camadas distintas. Este tipo de ação política pragmática, "briga de compadres", entre as duas camadas dominantes em defesa dos seus interesses é que vai marcar, proclamação da correlação de forças, a dinâmica do acordo e do conflito.

Convém registrar que, embora se possa classificar de dominantes ambas camadas oligárquicas agrárias e mercantis urbanas (com suas nuances e intercruzamentos), as primeiras têm uma posição hegemônica e controlam o Poder Político Regional, enquanto que as segundas, emergentes, aspiram a uma co-participação neste Poder Regional.

c) *Limites da Oposição dos Setores Comerciais Urbanos ao Esquema Oligárquico*

Portanto, seria importante precisar quais os propósitos e as demandas destas camadas emergentes: se antagonísticas ou

complementares ao poder institucionalizado dos setores agrários na República Oligárquica.

O capítulo de Paulo Sérgio Pinheiro, "Classes Médias Urbanas: Formação, natureza e intervenção na vida política", publicado na *História Geral da Civilização Brasileira*, Vol. III: Brasil Republicano, tomo 9, sob coordenação de Bóris Fausto, faz uma série de considerações teóricas que ajudam a entendermos esta questão.

Se no Centro-Sul, centro do modelo agrário-exportador não há dúvidas sobre a imbricação dos setores comerciais com os "barões" do café e pecuaristas, no Nordeste, é possível provar o surgimento dos grupos mercantis urbanos como originários das oligarquias decaídas:

"No Norte as grandes famílias proprietárias decadentes forneciam contingente de funcionários públicos, grupos profissionais, empregados de indústria e comércio, proprietários de pequenos negócios". (Pinheiro, *op. cit.*, pg. 16).

Também o processo de formação dos núcleos urbanos obedecerá a uma subordinação aos interesses oligárquicos, sendo a cidade uma extensão do sistema agrário:

"A cidade se desenvolve dentro da dinâmica do sistema agrário-exportador: essa situação marcará a ambiguidade das classes médias urbanas submetidas à dupla influência dos laços de dependência com as oligarquias e à ilusória autonomia que a participação nos serviços comerciais ou na burocracia do Estado pode dar a seus membros" (Pinheiro, pg. 22).

Para o mesmo autor, "o que estava em causa era o alargamento do bloco no poder para a entrada de novas classes emergentes" (pg. 27). Para isso estes setores procuram influir nas alterações das alianças políticas apoiando dissidências oligárquicas "essas puderam transar com as classes dominantes graças somente à existência de dissidências internas ao bloco do poder" (pg. 26) e mediar articulações das classes dominantes com as classes populares. "Elas serão a ponte possível entre as classes dominantes e as classes populares

excluídas — durante toda a Primeira República — de qualquer aliança efetiva". (pg. 26).

No caso concreto do Ceará oligárquico, seria forçoso colocar os setores comerciais oposicionistas da Associação Comercial Cearense (ACC) como representantes das camadas médias, porém estas estarão presentes no "Rabelismo" através de jornalistas, advogados, funcionários do comércio e do Estado, pequenos lojistas etc. Assim como pela presença dos oficiais "salvacionistas" todos pertencentes "à burocracia civil e principalmente militar... que desempenham no contexto de dominação um papel subordinado" (Pinheiro, pg. 28). Na verdade, esta imbricação destes setores comerciais com as camadas médias e com as oligarquias dissidentes, formando o "Rabelismo", é que de uma forma contraditória (pois não havia uma unidade forte entre estes) impulsionará, através da dinâmica do acordo e do conflito com a oligarquia no poder, o alargamento do sistema político para estes setores.

Esta configuração está muito bem posta em Pinheiro quando ele afirma que "a cada avanço das classes médias correspondeu o ingresso de grupos dissidentes nas alianças políticas dominantes: Menos do que pela prática política das classes médias, a transição no sistema de controle político foi determinada pela ação destes grupos não conformistas que surgiam no interior das próprias classes dominantes" (pg. 30).

d) *Tentativa de Teorização do Estado Oligárquico*

Outro aporte teórico que apresento para tentar entender o Estado oligárquico da República Velha é: 1) a caracterização de forças centralizadoras deste Estado, como um fenômeno da República Velha e não só surgido no pós-30; 2) o entendimento do Estado como "condensação material de uma relação de forças, entre classes e frações de classe". (Poulantzas, Nicos: *O Estado, o Poder e o Socialismo*, Graal, pg. 147).

A teorização de Poulantzas, que vem se contrapor a uma visão monolítica do Estado como "comitê de negócios" das classes dominantes na perspectiva de Marx no *Manifesto*, amplia e aprofunda o entendimento do Estado moderno, seu funcionamento, seu caráter de classe, suas contradições etc.:

“O Estado tem o papel de organização. Ele representa e organiza a ou as classes dominantes; em suma, representa, organiza o interesse político a longo prazo do bloco no poder, composto de várias frações de classe burguesa... organização, na perspectiva do Estado, da unidade conflitual da aliança de poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes. O que se faz sob a hegemonia e direção nesse bloco... da fração hegemônica” (*op. cit.* p. 145).

2. TENDÊNCIA À CENTRALIZAÇÃO DO ESTADO OLIGÁRQUICO

A historiografia atual em geral tem atribuído o mecanismo de centralização do Estado às iniciativas de Getúlio Vargas no pós-30, moldando este novo Estado às exigências do capitalismo. Porém esta tendência à centralização estará presente ao longo da República Velha onde uma corrente propugnará em nome do republicanismo a constituição do “Leviatã” nacional, sendo Pinheiro Machado, dentro do governo Hermes, quem levou mais além esta política centralizadora.

“O início da primeira República é marcado por situações onde não há equilíbrio constitucional e as relações entre o Estado Central e os estados são continuamente contestadas” (Franco, Celina M. — “O contexto político da Revolução de 30”), portanto será com Campos Sales que se estabelecerá um pacto entre as camadas oligárquicas de todas as unidades da Federação sob o comando dos estados líderes (São Paulo e Minas Gerais), com o fim de acomodar todos os interesses em jogo, a “política dos governadores”. Para P. S. Pinheiro, “a política dos governadores” representou a primeira etapa da evolução do Estado para uma maior centralização, “pois esta política além de garantir a defesa dos preços do café, garantia um certo nível de articulação entre os estados membros dentro dos limites da Federação” (Pinheiro, *op. cit.*, pg. 20).

Porém, o próprio P. S. Pinheiro registra no seu trabalho, durante estes primeiros passos da República Velha, uma “tensão entre elementos politicamente anticonstitucionalistas e entre elementos institucionalizadores (constituídos dos setores tradicionais, como fazendeiros de café e letrados civis)

defendendo uma democracia formal" como também uma "articulação real (contraditória) entre o espírito oligárquico da burguesia agrária e o mandonismo do proclamismo florianista" (*op. cit.*, p. 28-29). Esta reflexão é fundamental para entendermos estas duas correntes em disputa pela hegemonia no Estado.

A que defendia uma centralização total, formando um aparelho de Estado funcional e globalizante, está representada nos militares, nos positivistas-castilhistas do Rio Grande do Sul (entre os quais Pinheiro Machado figurava) e nas camadas médias do funcionalismo público, formando movimentos como o "Florianismo", "jacobinismo" etc., como também (e isto é importantíssimo) tentando formar partidos nacionais; o PRF e posteriormente o PRC, como que para minar o esquema pactual dos acordos entre os Estados. Esta corrente é chamada de "antiinstitucionalizante" por P. S. Pinheiro, por sua ideologia de manter o "provisionarismo" dos governos de Deodoro e de Floriano, e de intervir na vida política quebrando o quadro "institucional" para garantir o poder em nome do republicanismo. Porém, na minha opinião, o fundo ideológico desta corrente é a centralização, sendo seu anti-institucionalismo só a aparência conjuntural de uma forma de poder institucionalizada de fato e centralizadora. Isto estará presente mais tarde no manifesto dos tenentes, herdeiros desta ideologia analisada por Boris Fausto: "A defesa da maior centralização do Estado, da uniformização legislativa de acordo com o modelo federal, os seus ataques de 'feudalização do Brasil' tem como alvo implícito, e às vezes explícito, a oligarquia paulista" (Fausto, Boris: *Pequenos Ensaños da História da República*, Cadernos CEP/RAB, nº 10, p. 20-21).

E a outra corrente, que defendia outro tipo de centralização, a centralização "federalista" centrada no pacto entre as diversas unidades da federação, sob o comando de São Paulo. "A centralização da 'Política dos Governadores', onde o Estado era instrumento de integração das forças políticas regionais na ausência de partidos políticos nacionais" (Franco, Celina M.; *op. cit.*). E a corrente da plutocracia paulista e das oligarquias estaduais, que pelo seu esquema político hegemônico (paulista-mineiro) contém os arroubos das oligarquias emergentes (pecuaristas do Rio Grande do Sul), subordina o Exército e o funcionalismo público a apêndices de sua política, gerando insatisfações nesses setores. Esta corrente é chamada institucionalizadora por sua força

parlamentar no congresso nacional formando o perfil constitucional do Brasil oligárquico.

Portanto, a história da República Velha, nas suas primeiras décadas, está pontuada de conflitos e acordos entre estas duas correntes, sob hegemonia das correntes oligárquicas paulistas, como veremos a seguir.

a) *Estado Oligárquico como uma Relação de Forças*

A caracterização do Estado oligárquico como uma República do "café com leite" dá uma impressão quase que monolítica, fechada, do esquema pactual entre a oligarquia, resumindo-se a uma mera alternância no poder de São Paulo e Minas Gerais com a aquiescência dos estados menores.

Na verdade, afora os primeiros anos da República quando predominou o "provisionarismo centralizador" dos governos militares de Deodoro e de Floriano, com o governo Prudente de Moraes inicia-se o processo de consulta aos diversos Estados da Federação, melhor dizendo, às suas oligarquias, comandado pela oligarquia paulista exportadora do café, com o fim de estabelecer um consenso em torno do Poder Federal. Esta política institucionalizada por Campos Sales como "Política dos Governadores" não salvaguardou a República das contradições de interesses entre os diversos Estados mas balizou as regras do jogo da disputa presidencial no estilo do "conchavo", onde a coligação que somasse mais Estados chegaria à vitória. Desde logo, São Paulo toma a hegemonia do processo elegendo os três primeiros presidentes civis, e Minas só conseguirá se colocar no mandato de Rodrigues Alves elegendo o vice e, no governo subsequente, com Afonso Pena.

Este tipo de configuração estatal institucionalizada num esquema de pacto, de conchavo, levava a crises sucessivas ou realinhamento de forças a cada sucessão presidencial. No final de cada mandato, apareciam as várias postulações à presidência que iam se consumindo na luta surda dos bastidores até surgir a solução de consenso e da repartição dos cargos. Nesse processo a oligarquia gaúcha positivista castilhistas, mesmo partidária do Estado centralizador, tem o seu quinhão na repartição dos cargos ficando sempre com o controle do Legislativo na pessoa do senador Pinheiro Machado presidente do senado.

“A aproximação entre Campos Salles e o Rio Grande do Sul permitiria que o político Pinheiro Machado assumisse uma posição de liderança, sua ascensão não se interrompe durante o governo Alves porque Campos Salles garantirá a continuidade de sua posição em troca do apoio do Rio Grande” (Carone, E., *op. cit.*, pg. 215).

Pinheiro Machado usará esta posição no aparelho de Estado para fincar suas posições centralizadoras, fazendo do Legislativo um espaço de controle dos pequenos Estados através do poder de confirmação ou “degola” dos mandatos parlamentares a deputados e senadores, mas também fazendo do Legislativo um bastião para desbastar, na correlação de forças, o poder dos Estados líderes (São Paulo e Minas Gerais). Isto se deu na sua luta contra as medidas conciliatórias de Prudente com os federalistas do Rio Grande do Sul, ou quando esvaziou as candidaturas Bernardino Campos e David Campista contra a indicação dos governos Rodrigues Alves e Afonso Pena com quem pactuou sua permanência no controle do Legislativo, articulando estados menores sob seu controle.

“A liderança de P. Machado — feita com o apoio do Rio Grande do Sul, mas que não pretende que a luta chegue a extremos — é que permite a aglutinação dos elementos em conflito contra o predomínio das grandes forças dos Estados Oligárquicos” (Carone, E.: *op. cit.*, pg. 231).

A presença de Pinheiro Machado como principal representante da oligarquia gaúcha castilhistas positivista, é um “complicador” no esquema da “política dos governadores” relativizando o poder dos Estados-líderes e criando uma terceira posição no esquema do Estado oligárquico, não é à-toa que Carone dirá: “com a morte de Pinheiro Machado todos os problemas complexos continuam a existir mas agora o governo Federal tem ação mais livre” (*op. cit.*, pg. 310).

Outros dois atores sociais somam-se à oligarquia gaúcha e às oligarquias menores na relação de forças do Estado oligárquico; são eles: o exército e as camadas médias urbanas; estes são também contemplados no aparelho do Estado porém em posições secundárias, ambos de ideologia centrali-

zadora, estiveram presentes em destaque nos governos de Deodoro e de Floriano, nos movimentos "jacobinistas" e na tentativa de estabelecer partidos nacionais, como o PRF no sentido de conter o esquema dos Estados Líderes.

Será a conjugação destes interesses, capitaneados pela habilidade política de Pinheiro Machado que resultará no governo Hermes da Fonseca. Crise de sucessão; falta de acordo entre os Estados Líderes; e ação de Pinheiro Machado ao atrair a oligarquia mineira, o exército e as oligarquias menores em torno do nome do Marechal.

"O que se dá neste momento é a divisão de forças civis dos grandes Estados... e o aumento da pressão dos militares... Por esta razão é que Pinheiro Machado tenta galvanizar todo movimento eleitoral oposicionista a seu favor" (Carone, E.: *op. cit.*, pg. 236).

Instalado no poder, logo as contradições dentro do governo Hermes aparecerão. De um lado, os militares que desde a guerra do Paraguai, passando pela Proclamação da República, achavam-se os guardiões do Republicanismo e da moralidade cívica. Os oficiais que, inspirados na ideologia re-dentora do positivismo de B. Constant, executarão a "Política das Salvações", em aliança com as camadas médias urbanas, órfãos do "Civilismo" e com as oligarquias dissidentes. E do outro, Pinheiro Machado, comandando a oligarquia gaúcha e as oligarquias dos Estados pequenos.

A "Política das Salvações", intervenção direta e centralizadora de setores do governo Federal nos Estados, através das guarnições federais em aliança com as oposições estaduais é tolerada por Pinheiro Machado, pois ocorre primeiramente em Estados onde interessa a ele derrubar as oligarquias que apoiaram Rui (SP, Bahia), porém quando as "salvações" se encaminham para as suas bases de apoio ele prepara a Reação Oligárquica, através dos seus setores no governo Federal aliados às oligarquias ameaçadas, também da mesma maneira direta e centralizadora.

O Mal. Hermes, qual Bonaparte acima das classes, referencial desta relação de forças, é galvanizado para um lado e definitivamente para outro. "Pressionado por forças que pretendem uma continuidade do *status quo* — Pinheiro Machado e o Partido Republicano Conservador — e por elemen-

tos que ambicionam conquistar o poder — minorias estaduais e Exército. Hermes titubeia”. Nesta primeira fase que vai até 1913, Pinheiro Machado “acompanha a derrota de seus partidários estaduais e a vitória esmagadora das ‘Salvações Nacionais’. A partir (do casamento de Hermes)... o Pinheirismo reconquistará lentamente o seu predomínio”. (Carone, E.: *op. cit.*, p. 265).

3. A HISTÓRIA POLÍTICA DO CEARÁ NA REPÚBLICA VELHA (1912-1914): ACORDO E CONFLITO

a) O Governo *Hermes*, a queda da Oligarquia Acioli e o Governo “liberal” de Rabelo

“Estas ambiguidades da candidatura Hermes manifestaram-se claramente nos conflitos surgidos durante seu governo entre Militares e Lideranças estaduais apoiadas por Pinheiro Machado. A animosidade dos militares atingia o próprio Hermes quando este optava por apoiar seu mentor político” (Carvalho, Murilo de: “Forças Armadas na primeira República: o poder desestabilizador” *In História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 9, Parte III, 2º vol., pág. 219).

A aplicação da “Política das Salvações” no Ceará se deu num momento em que a reação oligárquico-pinheirista está recuperando suas posições no governo Hermes, isto implicará numa série de obstáculos a sua consecução e o aparecimento de dois tipos de posturas no processo da luta política; o acordo e concessão por parte da oposição liberal e o conflito e enfrentamento por parte das camadas populares.

A chamada oposição “liberal” composta por jornalistas como João Brígido, H. Firmeza, Agapito dos Santos; intelectuais como Frota Pessoa, Antonio Sales, Rodolfo Theophilo; comerciantes como Emílio Sá; o grande comércio da Associação Comercial Cearense; políticos como Manuel Moreira da Rocha; oficiais do exército como Augusto Correa Lima e oligarquia dissidente dos Paula Rodrigues Pessoa; desejavam todos um acordo para sucessão de Acioly devido a situação desfavorável em nível nacional, acordo este com o qual Pinheiro Machado também concordava para não desgastar suas aspirações presidenciais. Porém, este acordo esbarrou na intransigência e no continuísmo exacerbado da oligarquia Acioli ao indicar o desembargador Domingues Carneiro para seu sucessor.

"A oposição já descrente... não pensava em candidato próprio que seria esmagado pela fraude... e pela unanimidade da Assembléia do oligarca. Esperou que surgisse o candidato deste disposto a dar-lhe o seu apoio, caso não fosse um servo incondicional do clã... apenas dois a oposição impugnava... o Desembargador Domingues Carneiro e o Dr. Maurício Gracho Cardoso. Eram os únicos julgados capazes de manter inalterada a política dos Acioly. Qualquer outro na ocasião seria bem aceito... foi escolhido o Sr. Domingues Carneiro" (Firmeza, H.: "A revolução de 1912 no Ceará", *Rev. Inst. Histórico*, 1963. Vol. 77, pg. 26).

Esgotadas as possibilidades de um acordo, a oposição liberal de acordo com o esquema "Salvacionista" lança a candidatura militar de Franco Rabello articulada pela comunidade mercantil e apoiada maciçamente pelas camadas médias urbanas e camadas populares (pequenos comerciantes, caixeiros, funcionários públicos, trabalhadores da rede ferroviária, catraeiros, jangadeiros etc.) fatigados da opressão, nepotismo, corrupção e violência policial da oligarquia Acioly.

Será a ação decisiva das camadas urbanas populares que marcará o curso da história neste período da luta política. Em meio à Campanha Eleitoral, como resposta à violência policial da cavalaria de Acioly contra as mobilizações populares em apoio a Rabello (passeatas e comícios), o povo de Fortaleza toma o próprio destino em suas mãos: com uma espetacular insurreição popular derrota as forças do Governo estadual, cerca o Palácio do governo e obriga o oligarca a renunciar e exilar-se no Rio de Janeiro.

Tudo isso aconteceu entre o olhar estupefato da oposição liberal que só interveio para evitar os excessos do "populacho" e garantir a integridade física dos decaídos.

"A desforra conscientemente terrorista dos proletários contra Acioly e a polícia, jamais foi autorizada pelos comerciantes, estes na realidade a condenaram" (Della Cava, Ralph: *Milagre em Joazeiro*, pg. 178).

"Quem faz a Revolução não são os capitalistas... são os proletários, os plebeus. Exigir da ca-

nalha atos de nobreza, sentimentos puros, honestidade, é desconhecer-lhe a origem". (Theophilo, Roldolfo: *A Sedição de Joazeiro*, pp. 19-20).

A questão explicativa que se depreende destes acontecimentos é que, ao contrário de outras "Salvações", como em Alagoas e Pernambuco, tramadas pela oficialidade do exército e oligarquias dissidentes para derrubar os governos oligárquicos, onde o povo entra como força auxiliar e secundária desta trama, no Ceará, foram as camadas populares os verdadeiros "Salvadores", agentes da queda de Acioly, inclusive fugindo ao controle da oposição liberal que procurava contemporizar a todo o preço com o poder Federal, temendo represálias.

Impulsionados pelo povo, Rabelo (que não vivia no Ceará e nunca teve militância oposicionista) e a oposição militar liberal vencerão as eleições mais pela representação que o povo fazia deles do que realmente pelo que eram.

As eleições transcorreram num clima de euforia popular na Capital, onde a população pressiona ao máximo para uma definição pró-Rabelo os poderes constituídos e o governador em exercício Carvalho Mota. "Não ser Rabellista era expor-se a todos os vexames, até mesmo ao perigo de vida"... "a gente andava provocando todo soldado de polícia... ou era vaiado ou agredido" (Anselmo, Otacilio: *Pe. Cícero, Mito e Realidade*, pp. 363-364. "Raro era o dia em que um marreta mais exaltado não fosse vaiado... via típica, a via do dedo... faziam o paciente subir a um dos bancos da praça, depois o apalpavam enquanto um dos mais descarados introduzia-lhe no ânus o dedo indicador" (Theophilo, R.: *op. cit.*, pg. 71).

Porém, no interior e no sertão, o esquema oligárquico estava intacto; os "coronéis" do PRC-C Aciolista, afora algumas deserções para o campo Rabelista, estavam perplexos com os acontecimentos de Fortaleza aguardando ordens do líder exilado no Rio. É aí que vai entrar a habilidade política de Pinheiro Machado que, enviando ao Ceará o Cel. Thomaz Cavalcanti, articula toda a reação oligárquica passando por cima da autoridade de Acioly, no que Ralph Della Cava chamou de "Aciolismo sem Acioly" corporificado no Partido Marreta. Este Partido lançará a candidatura do Gen. Bizerril Fontenelle em oposição a Rabelo. A ação do cel. Thomaz Cavalcanti no Ceará, utilizando com todas as franquias o telégrafo na-

cional, removendo funcionários federais, empregando à vontade na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e encravando a todo custo o Partido Nacional (PRC) de Pinheiro no Ceará, ou seja cooptando as bases oligárquicas do Aciolismo Regional para seu projeto de Estado centralizado calcado nas oligarquias estaduais. Esta ação de Pinheiro Machado leva, em contrapartida, a uma reação que ficará conhecida como Acordo Rabelo-Acioly.

Acioly no Rio, vendo suas bases passarem velozmente para o esquema pinheirista, reage procurando os seus vencedores Rabelistas para um acordo. Estes por sua vez também pressionados pelo poder Federal e necessitando do reconhecimento do Presidente eleito — as duas facções Rabelistas e Marreta afirmavam ter ganho a eleição — pela Assembléia Legislativa do Ceará, de maioria Aciolista, aceitam de bom grado o acordo, que eles queriam entabular até antes da insurreiçãõ.

“Um acordo nas condições projetadas não poderia haver desonra nem falta de patriotismo da nossa parte... ao contrário porém, os Aciolinos é que viriam ao encontro dos desejos do povo... não seria preferível a atirmarmos o Estado nas agruras de Nova Revolução, de uma verdadeira guerra civil... (Firmeza, H.: *art. cit.*, pp. 45-46). As bases do acordo começaram a ser firmadas nos termos de concessão a Acioly da 2ª e 3ª vice-presidências do Estado e a metade da futura Assembléia Estadual a ser eleita em dezembro de 1912; “estabelecer um *modus vivendi* (com a família destronada) mediante o qual ela poderia regressar ao Estado com plenas garantias para suas pessoas e bens... *dando-lhe na Câmara e Assembléia representação proporcional*” (Firmeza, H.: *art. cit.*, pg. 45) (Grifo meu). A historiografia tradicional interpreta o acordo de junho de 1912 como necessidade da homologação pela Assembléia Estadual por parte de Rabelo e como traição de Pinheiro Machado a Acioly. Acho válidas ambas interpretações como um fator conjuntural, político. Mas há um fator estrutural que permitiu o acordo: é que ambas as facções não desejavam o controle do Estado (Governo Central) no Ceará. Tanto a via liberal quanto a conservadora desejavam a autonomia da “Política dos Governadores”, onde só o governo estadual detinha o controle da situação estadual.

O processo de negociação do acordo Rabelo-Acioly leva a que vários coronéis aciolistas, alertados por Thomaz Cavalcanti dos perigos desse acordo e estimulados pelas *benes-*

ses federais de Pinheiro, passassem para o partido Marreta inclusive alterando a correlação de forças na própria Assembléia Estadual, onde Acioly só poderá contar com os deputados da sua família.

Portanto, a oposição liberal receosa de lhe faltar a Assembléia Estadual na confirmação de Rabelo, pressionada de um lado pela radicalização popular na capital, e por outro pela intransigência do Poder Federal agora controlado por Pinheiro Machado com pretensões presidenciais, estende sua postura de acordo ao próprio Governo Federal. Convém lembrar que a oposição salvacionista-liberal apoiou, nas eleições de 1911, o Mal. Hermes esperando uma intervenção deste para a liquidação da oligarquia Acioly, agora volta a apelar ao Marechal inspirada nos ideais anti-oligárquicos e salvacionistas do seu programa. Sabemos, porém, que o peso das oligarquias pinheiristas nas decisões do Marechal era já naquela fase do governo Hermes muito superior a dos seus colegas de farda, os oficiais "salvacionistas", então a oposição liberal estende a perspectiva do acordo ao próprio Senador Pinheiro Machado.

Durante as conversações com Pinheiro Machado, surge a perspectiva de um terceiro nome, um *tertius*, de passagem fácil entre o Rabelismo, o Aciolismo e o PRC Marreta. Seria o oftalmologista cearense, o conceituado Dr. Moura Brasil. "Sem qualquer constrangimento opinou o Sr. Franco Rabelo que fosse aceita a candidatura Moura Brasil em vista de salvar a tranquilidade do Estado" . . . (Firmeza, H.: *art. cit.*, pg. 49). Sob forte tensão popular no Ceará "impossível levar o povo a aceitar qualquer acordo que não fosse em torno do reconhecimento do Cel. Franco Rabelo", a oposição militar liberal "diante dos insistentes telegramas do próprio Franco". Fala pelo "Estado todo que embora constrangido havia telegrafado ao presidente da República homologando o acordo". (Firmeza, *art. cit.* pg. 52).

Diante da recusa do Dr. Moura Brasil e pelo desgaste político da situação pendente, resolve o Mal. Hermes não mais intervir na situação do Estado, deixando para a Assembléia Estadual a decisão de homologar o novo Presidente do Ceará. Como que para selar o acordo, vai Franco Rabelo ao palácio do Catete agradecer ao Presidente, como também bastante constrangido vai ao Morro da Graça o "Salvador" do Ceará entrevistar-se com Pinheiro Machado.

Com vista a garantir o número de deputados para a homologação de Rabelo, o próprio Acioly faz gestões junto a Pinheiro Machado no sentido de cessarem os obstáculos colocados por Thomaz Cavalcanti e seus marretas na Assembléia para a referida homologação. "O Senador Acioly recorreu então ao General Pinheiro Machado que lhe forneceu um telegrama para o Cel. Thomaz Cavalcanti dando por terminada a delegação que lhe fora confiada no Ceará pelo Partido Republicano Conservador". (Firmeza, H.: *art. cit.*, pg. 59).

Porém, no dia da sessão, somente 12 deputados homologaram Rabelo: "cinco eram Rabelistas autênticos e sete eram parentes de Acioly" (Della Cava: *op. cit.*, pg. 180) diante de uma Assembléia cercada pela população que impediu a entrada dos Marretas com receio que estes votassem contra a homologação. Apesar de o Presidente Hermes e Pinheiro "engolirem" a posse de Rabelo, através de telegramas de congratulações, o argumento da ilegalidade da posse de Rabelo será retomado mais tarde por Marretas e Aciolistas como pretexto para sua deposição.

b) O Esquema da Constituição do Governo Rabelo — Adesões e Dissensões

Diante do acordo Rabelo-Acioly, uma fração do Rabelismo liderado por João Brígido, o grupo do jornal *Unitário*, rompe, passando a aderir aos Marretas e a despejar por sobre o Governo Rabelo uma verrina oposicionista com sua habitual virulência.

Rabelo, ao compor o seu Governo dentro do leque de forças do que se convencionou chamar de Rabelismo, irá privilegiar as oligarquias dissidentes dos Paula Rodrigues em detrimento de outros setores. "A entrega da chefia política do situacionismo estadual ao Dr. Paula Rodrigues, cidadão rico e honrado mas sem o menor vínculo de popularidade devido justamente às suas atitudes fidalgas e que pouco ou nada fizera em prol da nova situação do Estado... constituiu indubitável injustiça àqueles que mais contribuíram para a deposição de Acioly". (Anselmo, Otacílio: *op. cit.*, pg. 369).

"Este ato irritou os que lá estavam descontentes com o governo. Esperavam que Franco Rabelo escolhesse elementos de todos os grupos políticos e construísse um diretório para dirigir a política... Um diretório em que se fizessem

representar todos os partidos seria de excelente prática..." (Theophilo, R.: *op. cit.*, pg. 11).

Este esquema político unilateral em prol da oligarquia Paula Rodrigues comprometerá o progressismo do programa de Governo Rabelista (Restituição do controle orçamentário dos municípios aos prefeitos locais, Eleição Direta para os prefeitos municipais, escolha de professores de acordo com o mérito individual, orçamento equilibrado. Cf. "Plataforma lida no banquete político de 21 de março de 1912 pelo Tenente Coronel Marcos Franco Rabelo"), pois isto feria, de certa forma, o esquema de manutenção da oligarquia Paula Rodrigues no poder.

Por outro lado, o mesmo esquema unilateral descarta os poderosos aliados à direita da oligarquia Acioly. Estes, já à época da entabulação do acordo, exigiam cargos relevantes e a constituição de um diretório, que funcionaria como um comando político do novo governo. "Nestas reuniões falaram eles (Aciolistas)... na criação de um diretório e na divisão das câmaras municipais..." "quando surgiu da parte do Dr. José Acioly a exigência da organização de um diretório político em que se representasse sua Grei (Firmeza, H. *art. cit.*, pp. 46-54).

Com sua exclusão do novo governo, preteridos pelos seus arquiinimigos da oligarquia Paula Rodrigues, o comendador Acioly e seus seguidores irão compor-se com os Marretas formando uma frente política conservadora e oligárquica para desestabilizar o governo "Salvacionista Liberal" de Rabelo. "Os Aciolys haviam regressado e alegavam que, pelo pacto feito com Franco Rabelo... tinham direito à metade dos lugares da eleição e nomeação e nesta esperança tinham vindo e estavam. Desiludidos de se apossarem das posições partidárias... uniram-se aos Marretas." (Theophilo, R.: *op. cit.*, pg. 13).

A tática do Rabelismo para responder ao cerco que lhe farão conjugados as oligarquias Marreta e Aciolista, internamente, e o Governo Federal, externamente, será a de passar à ofensiva abrindo duas frentes de luta contra estes inimigos internos e externos. Esta tática será considerada por Irineu Pinheiro desastrosa:

"De reduzida visão política, cometeu logo... dois gravíssimos erros. Rompeu na esfera federal com o Partido Republicano Conservador chefiado pelo General Pinheiro Machado e no Estado com o Padre Cícero... A quem obede-

ciam extensas mássas sertanejas de todo o Nordeste do Brasil... Ele foi quem atraiu sobre si a tempestade" (*O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*, pg. 9).

Mas de certa maneira inevitável, pela polarização política que estava se conformando, foi permeada por tentativas de composições e acordos por parte de Rabelo, ou mesmo por justificativas aos seus opositores dos seus atos, responsabilizando-os pelo conflito que viesse a ocorrer, e por fim por apelos e pedidos ao Governo Federal ante a perspectiva de sua queda. Serão estes dois "fronts" abertos pelo Rabelismo que iremos agora examinar. No plano interno, a tentativa de eliminar as oposições Marretas-Aciolistas nos municípios do interior e no plano externo a tentativa de unir os Estados "salvacionistas" no Nordeste se compoem com São Paulo e Minas Gerais para enfrentar a reação oligárquica de Pinheiro Machado.

c) As "Salvações" no Vale do Cariri

Com o poder estadual assentado é que Rabelo pouco a pouco procurará arruinar o poder das oligarquias Marretas-Aciolistas através da interiorização de sua política de "Salvações" ao derrubar os "coronéis" nos municípios.

O baluarte eleitoral da oligarquia Acioly foi sempre o Cariri, no Sul do Ceará, onde em outubro de 1911, antes de iniciar-se a crise de sucessão de Acioly, todos os chefes políticos do Vale se reunindo em Joazeiro, firmaram um acordo em que todos se comprometiam em apoiar Acioly, e que se tornou conhecido como o "Pacto dos Coronéis".

Portanto, será o Cariri oligárquico o centro da ação de Franco Rabelo. A pretexto de combater o banditismo, serão enviadas ao Vale tropas estaduais sob o comando de oficiais "salvacionistas" para deporem, nos municípios, os "Coronéis" Marretas-Aciolistas.

"Chefes locais ricos e com prestígio político foram processados e responderam a júri" (Theophilo, R.: *op. cit.*, p. 25). "Joazeiro, 11 — Os Rabelistas à frente de 30 cangaceiros atacaram nossos amigos de Missão Velha" (*Unitário*, 18/dez/1913). "Sabemos vagamente que o delegado de Tauá... fez assaltar por uma patrulha a casa do ilustre Sr. Cel. Augusto Francisco Vieira e ali efetuou duas prisões, conduzindo também algumas armas" (*Unitário*, 24/maio/1913).

Articulados a isto se encontram, em Barbalha, comerciantes e oligarcas anti-aciolistas, onde fazem um pacto de lealdade a Rabelo, planejando o controle do poder político na Região.

A concretização do plano se dará com a "Salvação" no Crato, onde o Prefeito Antonio Luiz, primo de Acioly é derrubado pelos Coronéis Nelson França Alencar (fazendeiro) e José de Brito (comerciante), ficando como prefeito o Cel. José de Brito, na mais importante vitória do Rabelismo, tomando o poder da mais importante cidade do Vale.

No Joaseiro, porém, o Rabelismo tem o seu primeiro revés. Franco Rabelo retira do poder municipal o Pe. Cícero, seu 3º vice-presidente (produto do acordo Rabelo-Acioly) nomeando o Cel. José André que aderira ao Rabelismo. Este, porém, renuncia devido a imensa pressão da comunidade revoltada pela retirada do líder Pe. Cícero. É nomeado então outro Rabelista, Cel. Joaquim Bezerra, que na verdade será apenas figura decorativa sendo o virtual prefeito, o Dr. Floro Bartholomeu, chefe do Partido Marreta local.

A trágica ofensiva Rabelista ao Joaseiro, através dos desmandos, brutalidades e violências policiais das tropas comandadas pelos oficiais José F. do Valle, seguido do Tenente Júlio Ladislão, do Capitão Alípio e do Major Ladislau Lourenço contra os romeiros, roceiros e a população de Joaseiro, empurrará de vez o Pe. Cícero, de longa e estreita amizade a Acioly (pois foi este que contemporizou com a Igreja sanções contra o Joaseiro), para aderir à rebelião.

Vítima do cerco policial das tropas Rabelistas, pronta para ser invadida e saqueada: "ao 1º ataque estabelece-se a confusão entre os jagunços, ao segundo a debandada será geral e, então nós poremos querosene e tocaremos fogo no covil" (declaração do Comandante Alípio Lopes), a comunidade do Joaseiro reagirá fornecendo os homens para os 'coronéis' do Cariri; pois enredado o seu líder máximo, o Pe. Cícero, na trama oligárquica, dominado pelo Dr. Floro, solidário a Acioly e sua família, cedeu ele a condução das massas sertanejas às oligarquias, na Rebelião de 1914.

d) O "Bloco do Norte"

Conquistado o poder no Nordeste (PE, AL, CE), o movimento militar-liberal "Salvacionista" procurará estabelecer uma conjunção de interesses para confrontar-se com a reação oligárquica pinheirista.

Ao longo dos governos de Campos Sales, Rodrigues Alves e Afonso Pena, no grande pacto da "política dos governadores", era cedido à oligarquia gaúcha o controle do Legislativo na pessoa do Senador Pinheiro Machado, presidente do Senado. Este por meio do mecanismo da "degola" trazia os pequenos Estados e suas oligarquias sob seu controle.

Num segundo momento, no Governo Hermes, Pinheiro vê estes pequenos Estados fugirem do seu controle com o movimento "Salvacionista". Procura então persuadir o próprio Hermes a abrir luta contra estes governos estaduais.

Percebendo este cerco é que os Estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia e, posteriormente, o Ceará tentarão formar o "Bloco Norte", articulação que visará resistir à ofensiva pinheirista, trabalhar candidaturas do Norte-Nordeste à presidência, como a do General Dantas Barreto, Presidente de Pernambuco, e impedir a vitória da candidatura de Pinheiro Machado a Presidente da República, através de articulação com os estados líderes São Paulo e Minas Gerais que voltam à perspectiva de união.

"A ação do Gen. Dantas Barreto é importante... ele pensa num plano mais grandioso, isto é, a formação de confederação do Norte. A idéia que tomou corpo vagamente é a da unidade política aos Estados do Norte e fazê-los de ação comum para se obter melhores resultados, no Plano Federal. Os governadores civis do Amazonas, Pará, Bahia e os governadores militares do Ceará e Alagoas concordam em fazer uma frente comum sob a liderança do General, mas a falta de consistência leva logo o plano ao fracasso" (Carone, E.: *op. cit.*, p. 292).

A candidatura de Pinheiro Machado está posta desde dezembro de 1912. A partir daí, ele movimentará o PRC e as oligarquias aliadas, procurando angariar apoio: "o próprio Sen. Gaúcho acha que sua indicação não deve vir do PRC e sim dos governos dos estados (pois como vimos nas sucessões anteriores a indicação do candidato pelo Presidente da República criava problemas de constantes crises...) Pinheiro Machado tenta articular a convenção do PRC para a indicação do seu nome fazendo consultas ao situacionismo dos Estados". (Carone, E.: *op. cit.* p. 255). Por outro lado, Pinheiro Machado, através da máquina estatal e do seu Partido intervencionista (PRC), procurará enfrentar os governos estaduais do "Bloco do Norte" articulado às oligarquias decaídas para derrubá-los.

No processo da luta sucessória já em curso surgirá do entendimento de São Paulo e Minas com os pequenos estados do Nordeste, um movimento para minar a candidatura de Pinheiro Machado: "S. Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Ceará coligaram-se para dar combate a Pinheiro Machado". (Theophilo, R.: *op. cit.*, p. 32). Esta articulação ficará conhecida como a Coligação.

O que não fica claro na obra de Rodolpho Theophilo é o motivo da retirada de São Paulo e Minas da Coligação e o abandono dos seus aliados nordestinos a mercê da reação oligárquica Pinheirista. "São Paulo e Minas depois de lançada e aceita a candidatura do Sr. Wenceslau Braz encolheram-se deixando os pequenos Estados da Coligação entregues à fúria do PRC" (Theophilo, R.: *op. cit.* p. 33).

Como também não fica clara a idéia defendida por diversos autores de que o motivo principal da queda de Rabello tenha sido sua adesão à "Coligação" e ao "Bloco do Norte" se a trama da "Sedição do Joazeiro" só foi articulada depois que Pinheiro Machado já não era mais candidato e estava apoiando Wenceslau Braz junto com São Paulo, Minas Gerais e os estados do Nordeste, inclusive o Ceará.

Na verdade, o apoio Rabelista à Coligação era uma forma de tentar se legitimar perante São Paulo e Minas e através destes estados evitar uma intervenção do PRC e de Pinheiro no Ceará.

O comentário Marreta no Jornal *Unitário* sobre a posição do Governo Rabelo em aderir à Coligação, mostra claramente algum tipo de compromisso anterior de Rabelo com Pinheiro Machado, assim como a tentativa de Rabelo de se aproximar de São Paulo e Minas como forma de se manter no poder. Como também fica claro o servilismo Marreta a Pinheiro Machado, e a percepção de que Pinheiro iria desistir da Presidência:

"No modo de ver do S. Marcos Franco, o Sr. Pinheiro Machado está vencível ou vencido... e cumpre procurar outro que proteja o solidário colega... Mas perguntamos-lhe, se o cálculo erra, o que virá a ser S. Exc. sem o braço forte do chefe potente... somos os primeiros a reconhecer que o Sr. Franco cometerá uma imprudência, pondo-se a vender o couro do lobo antes de tê-lo morto... fique por conta sua e para o seu gasto o risco que vai correr... A nós só deixaremos de acompanhar o

Sr. Pinheiro Machado no pleito... quando ele próprio tiver dispensado o nosso concurso, retirando-se da arena ou não exigindo que o acompanhem na causa que venha esposar" (*Unitário*, 14/maio/1913).

Esta Coligação se pulveriza na medida em que Pinheiro Machado recua de suas pretensões presidenciais e reestabelece com São Paulo e Minas o acordo da "Política dos Governadores" dos tempos de Campos Sales a Afonso Pena.

"O veto de Minas e S. Paulo leva Pinheiro Machado a afastar definitivamente seu nome... Agora o escolhido é um mineiro Wenceslau Braz com o apoio maciço de S. Paulo e Minas... diante disso Pinheiro Machado e a maioria dos pequenos estados aceitam a chapa... (Carone, E.: *op. cit.* p. 245).

É nesse momento que ocorre o abandono de São Paulo e Minas, da Coligação citada por Theophilo. Isto é evidente quando se estabelece o acordo dos estados em torno de Wenceslau. Em troca do recuo de Pinheiro, de sua candidatura à Presidência da República, os chamados estados líderes São Paulo e Minas negociam com ele sua manutenção na Presidência do Senado, com o conseqüente controle dos pequenos estados do Nordeste.

Se a Coligação foi, da parte dos estados do Nordeste, uma tentativa de buscar aliados entre os grandes estados diante de sua situação desfavorável frente ao Governo Federal; da parte dos estados líderes foi, porém, a Coligação um instrumento para desgastar a candidatura Pinheiro Machado. Utilizando-se dos interesses dos pequenos estados do Nordeste, para obter a renúncia pinheirista e posteriormente negociando com o próprio a cabeça dos pequenos Estados.

A tentativa de união dos estados pequenos no "Bloco do Norte" e sua entrada para a Coligação foi menos uma provocação ao Governo Federal, como entendeu Irineu Pinheiro, do que uma tentativa de sobrevivência política. A ação de Pinheiro Machado e suas oligarquias aliadas no Ceará efetivando a derrubada do Governo Rabelo foi também uma represália quanto à posição assumida por Rabelo quando da Coligação, mas foi principalmente uma recuperação do poder perdido com a queda da oligarquia Acioly.

e) Perfil do Governo Rabelo

Estabelecer um perfil do Governo Rabelo é uma tarefa difícil. Isto porque foi um governo de curta duração: cerca de um ano e meio (julho de 1912 a dezembro de 1914), passados em um clima de extrema tensão; tendo de um lado um apoio ativo da população de Fortaleza e do outro uma cerrada oposição das oligarquias, pela imprensa, pelo parlamento e pela burocracia federal. O curto período deste governo foi permeado por eventos políticos com as eleições da Assembleia Estadual e para Vice-Presidência do Estado, que polarizam os campos em disputa gerando um clima de tensão permanente, inclusive utilizado pela oposição para justificar a INTERVENÇÃO. Logo, falar num estilo de administração do Governo Rabelo fica difícil pela escassez do tempo da sua gestão e por essa intensa polarização política que não lhe deu meios para gerir o Estado.

Porém, é importante fazer algumas considerações sobre o governo Rabelo. Sua relação com as massas populares da capital, a tensão política durante o período de sua gestão e a trama da "Sedição". Para fazermos um balanço criterioso, um julgamento abrangente da situação da época e do Governo Rabelo, teremos de levar em conta toda a literatura e produção sobre o assunto, que é também literatura polarizada e contraditória, representante dos campos em luta. Os dois maiores expoentes destes campos são, do lado Rabelista, Rodolpho Theophilo e, do lado Marreta, João Brígido. As obras de Theophilo *A Libertação do Ceará* e *Sedição do Joazeiro* autênticos libelos contra as medidas discricionárias do Poder Federal, mostram cristalinamente como o Governo Central e seus aliados oligárquicos se utilizam de toda a sorte de manobras e pressões para derrubar o Governo Rabelo. Desde a ação do Cel. Thomaz Cavalcanti, no momento das eleições Rabelo x Bezerril, quando usa o telégrafo nacional, remove funcionários federais, emprega seus apadrinhados no IFOCS, promove uma farsa de atentado contra si, pedindo por isso Intervenção Federal no Estado.

Como já no governo Rabelo, quando cassam a licença do Secretário do Interior, Frota Pessoa, funcionário público, obrigando-o a retornar ao Rio; a tentativa de "quartelada" chefiada pelo Capitão Polidoro Coelho, o roubo de armas da guarnição Federal para o golpe, os navios Tury e Barroso enviados do Rio ameaçando com seus canhões a cidade de Forta-

leza, os injustificados Estados de Sítio, e a Intervenção destituindo o governo Rabelo, as pressões arbitrárias aos Rabelistas, saques nas propriedades, e demissões em massa dos funcionários públicos fiéis a Rabelo.

Por outro lado, o jornal *Unitário*, de João Brígido, é o contestador cáustico de todas as horas do governo Rabelo. Suas denúncias terminam por relativizar o liberalismo e o progressismo desse governo. Progressismo este assumido no compromisso anti-oligárquico do seu programa de governo descrito por mim anteriormente. Os limites de seu liberalismo já eram previsíveis visto que o comando do governo foi entregue à oligarquia dos Paula Pessoa, embora Frota Pessoa, secretário do Interior, intelectual liberal, faça este juízo do governo: "Na guarda dos dinheiros públicos sua intransigência era formal, por toda parte reduziu despesas e suprimiu sinecuras, aboliu as passagens de favor por conta do Estado". (*Apud* Anselmo, O.: *op. cit.*, pp. 369, 370).

Proclamou o *Unitário* denúncias de diversos matizes: denúncias de desperdício como a construção de um "boulevard" em vez de obras na saúde pública, abastecimento de água (*Unitário*, 04 de junho de 1913), denúncia de expurgos de professores e funcionários públicos aciologistas (*Unitário*, 17/junho/1913), denúncia de "Machismo", uma série de cartas do *Unitário*, onde a Professora Adelaide Amaral reclamava quanto à preterição das mulheres professoras em favor de homens (*Unitário*, 23/julho/1913), denúncias do empreguismo, "a propósito do que dissemos sobre a indébita nomeação do Sr. Marques Porto para o cargo não existente de diretor de obras públicas" (*Unitário*, "Nomeação Delictuosa", 4/junho/1913) e até denúncias de corrupção, segundo as quais o chefe de Gabinete do governo Rabelo, o Sr. Licínio Nunes recebeu uma indenização norteadado por uma constituição já em desuso (do tempo do Gen. Clarindo de Queiroz), (*Unitário*, "A Dinheirama", 6/julho/1913). Nem Rodolfo Theophilo escapou de ser acusado de favorecimento neste processo de indenização, em virtude do casamento de sua sobrinha com um parente de Rabelo:

"Por isto que com festas, bajulação e casamento recebeu 31 contos de réis; juros, custos e capital de sua reclamação judiciária (*Unitário*, "O Virtuoso Tartufo", 14/março/1914).

Convém porém levar-se em conta, nesta análise, o perfil político de J. Brígido, homem bastante contraditório, como também bastante agressivo e violento nas suas apreciações. No dizer de Floro Bartholomeu: "João Brígido... era um homem cujas mutações de espírito eram bastante rápidas. Com a mesma facilidade com que elogiava, passava às maiores descomposturas e, logo após, retratava-se fazendo os maiores elogios" (Bartholomeu, Floro: *Joazeiro e o Padre Cícero*. Depoimento para a história, Imp. Nac., R.J., 1923, p. 25). Portanto é preciso levar em conta ao analisar as posições do *Unitário* — brigidista — as observações insuspeitas do Este Partício lançará a candidatura do Gen. Bizerril Fontenelle seu grande aliado político, o Dr. Floro, sobre a leviandade política de João Brígido.

Eis outro exemplo da inconstância do redator do *Unitário* ao comentar em dois momentos a renúncia do Sr. Adolfo Siqueira, Vice-Presidente do Governo Rabelista:

"sobre qual dos cearenses devia recair a eleição para o lugar de 2º Vice-Presidente do Estado *vago pela deslealdade* dupla do Sr. Adolfo Siqueira" (grifo meu; *Unitário*, 13 de maio de 1913); "um vice-presidente *homem de critério e respeito* Dr. Adolfo Siqueira renunciou ao cargo, por não querer prestar auxílio ao governo de um inconsciente conduzido pelas mãos de criminosos". (*Unitário*, 3 de janeiro de 1914).

f) *A Crise do Governo Rabelo e a Ação das Massas Urbanas*

O progressismo do Governo Rabelo se deu mais pelo clima de liberdade à ação política das massas, tolerada pelo setores mercantis liberais, do que por uma administração progressista destes setores no Governo.

O Governo Rabelo, umbilicalmente ligado às massas urbanas, pois foi fruto da insurreição espetacular do povo de Fortaleza, não reprimirá sua principal base de apoio, que atuará em momentos políticos decisivos impedindo a *seu modo* a ação da reação oligárquica.

O segundo grande confronto depois da insurreição que depôs Acioly, se deu desta forma: Veiculou-se, pelos meados de outubro de 1912, que a Assembléia Estadual de ampla maio-

ria Marreta-Aciolista, cujo mandato se expiraria em dezembro de 1912, iria se reunir para votar o *impeachment* de Rabelo. Logo uma nova insurreição popular faz o cerco da Assembléia, impedindo a entrada dos deputados, e de lá seguindo para as propriedades dos Aciolistas e Marretas onde puseram fogo e dinamite, obrigando Acioly a novo exílio. Os setores liberais do Governo temendo as repercussões daqueles atos rebeldes perante a nação, se apressam em conter as massas mas recebem esta afirmação: "Respondiam que lutavam pela conservação da vida, que uma vez os Aciolys no poder, eles seriam assassinados e Franco Rabelo voltaria ao Rio no gozo de sua alta patente". (Theophilo, R.: *op. cit.*, p. 16).

Impossibilitado de conter as massas, restou ao Governo beneficiar-se de situação com todos riscos que advinham dela perante o Governo Central, justificando-se desta forma: "Abrir luta com os que defendiam contra o assalto dos Aciolys, matar aqueles que o tinham escolhido para governo era um absurdo" (Theophilo, R.: *op. cit.*, p. 21).

Por outro lado, os Marretas utilizarão o fato, assim como outros, para caracterizar o clima de Fortaleza como de desordem e insegurança, chamando a Intervenção Federal, porém calando sempre sobre suas conspirações e tramas: "Nunca houve intenção de revogar sua posse... o que se queria e ficou assentado na manhã de 8 numa conferência entre os dois grupos Aciolys e Marretas... foi que a Assembléia sairia do terreno facultado por sua Exc. Presidente do Estado" (*Unitário*, 31/jan./1913).

Nas eleições subseqüentes para a Assembléia, em dezembro de 1912, o Rabelismo apresenta uma chapa de 25 membros: "Apresentam-se fora da chapa alguns amigos do governo. Fez-se a eleição e como era de esperar foram eleitos trinta deputados todos rabelistas". (Theophilo, R.: *op. cit.*, p. 23). O protesto dos Marretas e dos Aciolistas aparecerá em forma de manifesto onde afirmam que "uma lista de 25 nomes de privença do atual Presidente do Estado foi apenas reduzido os algarismos... simulando uma eleição... encheram outra lista com 5 nomes... arquitetaram uma Assembléia unânime, com votações exageradas e incompatíveis com o comparecimento possível" (*Unitário*, 21 de janeiro de 1913) e após relacionar o nome dos 30 Marretas e Aciolistas segundo eles eleitos e suas respectivas votações, concluiu dizendo que aquela era "a assembléia que deve funcionar no quadriênio de 1913 a 1916 inclusive tem como membros legais

e incontestáveis os 30 cidadãos acima indicados. A esses assiste o direito de reunirem-se... quando afrouxarem-se os elos do despotismo que comprimem todo o Ceará" (*Unitário*, 24 de janeiro de 1913). Theophilo porém nega veemente o fato, dizendo sobre os Marretas que "a votação que obtiveram foi insignificante... que não deu para eleger ao menos um deputado" (*Op. cit.*, p. 24). A questão é que esta Assembleia Marreta-Aciolista sem força para reunir-se nesse momento, será utilizada mais tarde no Joaseiro para forjar uma dualidade de poderes e chamar a Intervenção Federal.

Os meses subseqüentes estão marcados por uma tensão crescente, a temperatura política sobe a limites insuportáveis. Em junho de 1913 ocorrem as eleições para o cargo de Vice-Presidente vago pela renúncia do Sr. Adolfo Siqueira. O candidato Marreta, Dr. Gentil Falcão, depois de discussão acalorada, agride o negociante rabelista, Francisco Hollanda, um dos chefes da insurreição que depôs Acioly:

"na tarde desse dia, sabem todos, em sua própria casa foi ferido mui gravemente esse heróico moço (Gentil Falcão) por uma bala tangida da botica em frente ao jornal de que é redator" (*Unitário*, 12/ junho/1913).

Este atentado somado ao incêndio da Inspetoria das Secas, com os incêndios às fábricas e propriedades de Acioly, em novembro de 1912, com o suposto atentado contra Thomaz Cavalcanti, de junho de 1912, com a insurreição de janeiro de 1912, que depôs Acioly, formam um quadro de que os Marretas se aproveitarão para caracterizar de caos e de rompimento do tecido social; os Rabelistas se justificavam dizendo que os Marretas pintavam para o Rio a capital do Ceará "como um valhacouto de celerados, matando-se no meio da rua as pessoas mais graduadas". (Theophilo, R.: *op. cit.*, p. 40) e, reclamando, diziam: "por qualquer crime que se dava em Fortaleza era responsável o Presidente do Ceará que no entender da oposição devia ter a vida e a propriedade dos seus governados de baixo de chave" (*Ibid.*, p. 40).

O que o governo Rabelo a esta altura não podia conter era a vigorosa desobediência civil, a rebeldia popular dos eleitores deste governo. Na esteira dessa mobilização, o candidato Rabelista a vice-governador é eleito sob os protestos Marretas: "ao cair da noite bêbedos incorrigíveis, cri-

minosos com fé de ofício nos cartórios, incendiários e gatunos do 9 de novembro e dinamiteiros do 5 de junho ocuparam as ruas, montados em automóveis a insultar os 128 representantes da opinião pública" (*Unitário*, 12/jun./1913).

No processo de radicalização popular é fundada a "Liga dos 13", organização destas camadas radicalizadas para a seu modo zelar pela defesa do governo contra as provocações Marretas e do governo Federal. Nos seus estatutos consta: "toda vez que qualquer um marreta tornasse inconveniente perturbando... a ordem, o sossego e a segurança pública... o juízo do conselho nomeará uma comissão... para destelhar-lhe o paiol com uma tesoura... Faustino Fumaça, Miguel Matuto e Gonçalo Granja" (*Unitário*, 4/dez./1913).

Com as posições extremamente polarizadas, caracterizando uma indefinição de poder, o Governo Estadual nem continha as massas. Tampouco as oligarquias. Estão dadas as condições para a reação conservadora das oligarquias.

g) *Da Conspiração ao Movimento Armado de Joaseiro*

A primeira tentativa de derrubar o Governo Rabelo foi tramada por João Brígido junto a Pinheiro Machado, no Rio. Como resultado dela, enviam o capitão Polidoro Coelho para conspirar e organizar uma "quartelada" que deporá Rabelo. Descoberto pelos oficiais "salvacionistas", o plano fracassa. Então o alto comando do PRC chama Floro em agosto de 1913 ao Rio de Janeiro, o qual, a pretexto de um "tratamento médico", vai conspirar com Pinheiro Machado, Acioly e outros. Formulam então o seguinte plano: regressaria Floro a Joaseiro, convocaria lá uma sessão dissidente da Assembléia Marreta-Aciolista; esta o elegeria Presidente "legal" do Estado e então aguardariam a Intervenção Federal que poria fim à dualidade de poderes no Estado.

O plano estava articulado para ser deflagrado após 30 de dezembro de 1913, quando se desse o recesso parlamentar, impedindo assim a denúncia e o apoio da oposição liberal ao Governo Rabelo no Congresso Nacional. Porém, dois fatos viriam apressar a aplicação do golpe: a interceptação por parte da polícia Rabelista de uma carta secreta de João Brígido a Floro onde ele colocava a data da deflagração do plano, como também a postura pacifista e defensiva do Pe. Cícero frente ao cerco Rabelista. O regresso rápido de Floro a Joaseiro tomando o controle da situação, a deposição do

Prefeito Rabelista, a convocação da Assembléia dissidente com um número mínimo de "deputados" marretas-aciolistas e a "eleição" do Dr. Floro presidente do Ceará foram fatos que se sucederam rapidamente nos primeiros dias de dezembro.

O Pe. Cícero, pressionado pelos atos hostis de Rabelo, como sua deposição do cargo de Prefeito, a intervenção policial do ten. José do Vale, a demissão do seu amigo Pelusio Macedo do cargo de telegrafista, e estimulado por "uma torrente de cartas dirigidas pelos exilados do PRC-C no RJ", firma convicção de que Franco Rabelo se tinha tornado "pau mandado dos seus conselheiros políticos... não sendo mais capaz de impedir os atos de violência e de agressão movidos pelos seus correligionários". (Della Cava, *op. cit.*, pp. 188-189). Ele cede então o comando da ação política e bélica da comunidade de Joaseiro ao Dr. Floro e ao Cel. Antonio Luiz, seus "mentores absolutos", a ponto de o "Dr. Floro redigir e assinar em nome do Pe. Cícero toda a correspondência que se referisse ao movimento Revolucionário". (Oliveira, Amália Xavier, *op. cit.*, p. 150).

Quanto à comunidade de Joaseiro, romeiros e roceiros, vítimas das atrocidades da polícia Rabelista, como os assassinatos da Cerca de Pedra e a tentativa da liquidação do Joaseiro, reagirão de acordo com o depoimento destes protagonistas: "Rabelo era um malvado que queria matar meu padrinho. Vivia botando a polícia em cima dos romeiros... e meu padrinho mandando nós rezar... foi quando o amaldiçoado determinar cortar a cabeça do meu padrinho, e ia quem ia deixá uma miséria dessa?" (Barros, L.OC.: *A Terra da Mãe de Deus*).

Na verdade pouco sabiam do plano urdido no Rio de Janeiro pelos altos mandatários do PRC, que os utilizavam para depor Rabelo. A comunidade do Joaseiro lutou contra a ameaça explícita do seu aniquilamento não percebendo a trama velada em que estavam envolvidos.

Rompendo o cerco de Joaseiro, a trajetória do movimento armado será a tomada do Crato e, após esta, vão caindo nas mãos dos revoltosos Marretas as cidades de Barbalha, Baturité, Quixeramobim, Quixadá, até chegarem as legiões dos romeiros do Pe. Cícero e dos jagunços dos coronéis às portas de Fortaleza, levando na esteira de suas conquistas a pilhagem e o saque dos vencidos. Em Fortaleza, a oposição liberal, os comerciantes ricos, a sociedade *belle-époque* está

apavorada ante a iminente invasão dos jagunços. Os comerciantes, temendo por suas propriedades; as mocinhas dos colégios de freiras, com medo de serem defloradas. Assim, cho-veram cartas para o Rio solicitando uma solução que evitas-se a invasão. Da parte da Guarnição Federal sediada em Fortaleza surge em manifestos o clamor dos oficiais "salvacionistas" ao Club Militar, no Rio, pedindo "uma atitude que julgamos incompatível com a dignidade militar, diante da possibilidade da próxima invasão da cidade pela horda de assassinos e de jagunços". A repercussão do manifesto na oficialidade "salvacionista" do Club Militar do Rio de Janeiro é intensa já que, consternados com a morte do seu colega de farda, J. da Penha, em defesa da constitucionalidade do Governo Rabelo, anteviam mais mortes de oficiais, com a vitória oligárquica. O clima de agitação toma conta das Assembléias do Club Militar. Como resposta à insubordinação "jacobinista", Hermes da Fonseca decreta o Estado de Sítio no dia 4 de maio, em Niterói, Rio de Janeiro e Petrópolis, estendendo-o depois à Fortaleza. Hermes eleito pelo voto "jacobinista" se comporta agora salvaguardando o Estado e o Exército das fissuras oposicionistas. Em seguida são presos vários oficiais "salvacionistas" e jornalistas assim como apreendida a edição do jornal *A Noite* (Gusmão, A.: *O Ceará conflagrado*, 1915, p. 108).

O Estado de Sítio foi decretado em Fortaleza a 10 de março. "Mais de 2 mil populares... foram desarmados... Franco Rabelo ainda quis... organizar sua milícia: ordenou que sentassem praça no Batalhão Militar e se fardassem os populares, medida que começou a ser executada mas que foi suspensa pelo Inspetor da Região". (Theophilo, R.: *op. cit.*, pp. 145-146). A intervenção veio logo em seguida, depondo o Presidente Rabelo. "O maior atentado possível a República Federativa intervindo em um Estado autônomo", dirá Rodolpho Theophilo, "cerca de dois anos governou Franco Rabelo funcionando a Assembléia que tinha, em seu seio oficiais do exército, licenciados porque o Catete os reconhecia deputados... O Marechal Hermes correspondia-se com Franco Rabelo, a quem chamou durante dois anos, em documentos públicos — Presidente do Ceará" (Op. cit., pp. 155-160).

Rabelo diante da queda iminente ainda tentará pedir ao Mal. Hermes o auxílio do Exército para sufocar a rebelião. O que foi recusado por Hermes por julgar tal atitude anticonstitucional: "o Cel. Franco Rabelo... pediu ao Marechal Hermes para restabelecer a ordem no Sul do Estado. Em longo

telegrama, expôs a situação do Ceará, terminando com o pedido de um contingente de força federal para reunido à força estadual, bater os jagunços; a resposta negativa não se fez esperar". (Theophilo: *op. cit.*, p. 86). A intervenção clamada por Rabelo virá mais tarde, só que contra sua própria cabeça. Por fim, numa última postura de acordo, o Dep. Moreira da Rocha, prócer da oposição liberal, tentará um encontro, agora recusado por Hermes: "o Dep. Moreira da Rocha subiu... a Petrópolis a fim de tratar com o Mal. Hermes sobre um conchavo político contra Franco Rabelo e os oposicionistas... nada conseguiram pois Franco Rabelo não quer a diminuição de sua autoridade mas simplesmente o desarmamento do povo e a deposição do Intendente de Joazeiro, o Mal. Hermes discordou". (*Unitário*, 4/jan./1914).

Por não reprimir as massas, o Governo perderá o aliado (antigo adversário) Acioly e terá o acordo desfeito. Por não reprimir as massas, Rabelo cairá, pois a articulação federal para sua deposição utilizará a "balbúrdia e o vandalismo" como pretexto para a intervenção. Porém, as classes a quem Rabelo entregou o Governo e de onde ele próprio era oriundo, serão as primeiras a pedir a intervenção Federal, ou seja a deposição de Rabelo, apavoradas de perderem suas propriedades ante a invasão dos jagunços.

"A Associação comercial, neutra entre os partidos e desejosa de que tenha termo a cruenta luta, desastrosos prejuízos materiais e morais, empenharia todavia o seu prestígio moral junto ao governo do Estado para o efeito de ser pedida a *Intervenção Federal* (grifo meu). (Gusmão, A.: *op. cit.* pp. 103-104). Serão as massas, de quem este governo não era representativo, mas a que estava umbilicalmente ligado, por ser produto de sua insurreição, que irão até o fim com ele.

h) O Equilíbrio de Forças

Duas idéias centrais em *Milagre em Joazeiro*, de Raloh Della Cava, são essenciais para se entender a seqüência do movimento armado da reação oligárquica. São elas: 1) uma falência da política do Governo Federal no controle da política estadual; 2) as forças sociais mantiveram a mesma correção de antes da "Sedição". "Necessário se faz examinar a falência política do Catete em reaver o controle da política cearense"; e "se o objeto da 'Sedição' do Catete era o de

restaurar os interesses tradicionais da oligarquia cearense então nesse caso a revolução do Joaseiro deve ser vista como uma derrota... as forças políticas do Ceará subdividiram-se naqueles mesmos campos que haviam surgido na ocasião da derrubada de Acioly". (Della Cava, R.: *op. cit.*, p. 208).

Na verdade, a escolha do Cel. Benjamin Barroso, militar anti-Aciolista, para governar o Ceará, por parte do Presidente Hermes para conciliar diante do grande ressentimento de oficiais das forças armadas pela deposição de Rabelo, levou-o a uma rejeição da oligarquia de Acioly e à sua aproximação do Partido Marreta de Thomaz Cavalcanti e Pinheiro Machado.

Desta forma ficaram com o Presidente Barroso os Marretas e sua oligarquia agrária, oficiais anti-Aciolistas e setores mercantis urbanos órfãos do Rabelismo, e, do outro lado, Floro Bartholomeu, Acioly e João Brígido articulando a oligarquia agrária tradicional (por incrível que pareça determinando a falência, a que Della Cava se referiu, do controle federal no Estado do Ceará).

A correlação de forças na Assembléia Estadual coloca de um lado 15 deputados do Partido Unionista (Floro e os Aciolistas), e de outro 15 deputados do Partido Conservador Cearense (Thomaz Cavalcanti, José de Borba, Aurélio Lavor etc.), imobilizando o Governo Barroso.

É interessante a postura de Floro — que pelas suas próprias ambições políticas queria uma ligação com o Governo Federal (ele próprio articulou a "Sedição" desde o Rio de Janeiro) — ser como Presidente da Assembléia o principal impedimento do controle total do Governo Federal ao Estado.

O fato é que Floro não era contra o controle Federal no Ceará, mas se antagonizava naquele momento com a tentativa de domínio de Pinheiro Machado e do PRC. Isto se justifica pelo fato de ele, junto com Acioly e João Brígido, terem sido afastados por Barroso dos postos do Governo Estadual.

O fato de Floro ter sido eleito deputado federal "independente" e ter articulado com o Governo Federal de Epitácio Pessoa (obras do IFOCS no Joaseiro), o fato de ele ter sido designado pelo Governo Bernardes para combater a "Coluna Prestes" no Nordeste, de ele ter sido enterrado com honras de General pelo Governo Federal, todos esses fatos revelam que ele queria e obteve uma articulação com o Poder Federal. A sua postura de imobilizar os encaminhamentos do Governo Barroso na Assembléia Estadual e resistir ao domínio do Go-

verno Federal de Hermes, determinando a falência deste controle se deve exclusivamente a ele, como líder da "Sedição", ter sido preterido no novo governo estadual.

Por fim, nos governos posteriores, para acomodar os interesses dos setores agrários e mercantis, estes resolveram compor-se formando uma situação de "equilíbrio de forças".

Os antigos Rabelistas se unem aos Marretas (setores agrários e mercantis) no Partido Democrático Popular e os Acio-
listas (setores agrários) formam de novo o PRC.C e ambos os partidos formam coalisões nos Governos Estaduais até 1930.

Assim transcorrerá na dinâmica do acordo e do conflito que se corporifica num Estado produto desta relação de forças, as articulações e as dissensões entre as oligarquias agrárias, setores comerciais e camadas médias urbanas até 1930, quando um novo pacto político se estabelecerá.

BIBLIOGRAFIA

- Anselmo, Otacílio — *Padre Cícero — Mito e Realidade*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968.
- Harros, Lutgarde O.C. — *A Terra da Mãe de Deus*. Tese de Mestrado, mimeo. S.P., 1982.
- Bartolomeu, Floro — *Joazeiro e o Padre Cícero — Depoimento para a História*. RJ. Imprensa Nacional, 1923.
- Carone, Edgard — *A República Velha — (Evolução Política)*. SP. DIFEL, 1973.
- Carvalho, Murilo — "Forças Armadas na Primeira República: o Poder desestabilizador" in *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III 2.º vol. (ORG) Boris Fausto, SP, DIFEL, 1977.
- Della Cava, Ralph — *Milagre em Joazeiro*, RJ, Ed. Paz e Terra, 1977.
- Facó, Rui — *Cangaceiros e Fanáticos*. Ed. Civilização Brasileira.
- Fausto, Boris — *Pequenos Ensaios de História da República (1889/1945)*. Cadernos CEBRAP n.º 10 SP. Ed. Brasiliense.
- Firmeza, Hermenegildo — "A Revolução de 1912 no Ceará" — *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Fortaleza, 1963. V. 77.
- Franco, Celina Moreira — "O Contexto Político da Revolução de 30", C.P. DOC. mimeo.
- GUSMÃO, A. — *O Ceará Conflagrado*, Seção de Obras da Imprensa Pública, Manaus Amazonas, 1915.

- Leal, Victor Nunes — *Coronelismo, Enxada e Voto*. 4. ed. SP, Ed. Alfa-Omega, 1978.
- Oliveira, Amália Xavier — *O Padre Cícero que eu Conheci*; Rio de Janeiro, 1969.
- Pinheiro, Irineu — *O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*. Irmãos Pongetti Editores. Rio de Janeiro, 1938.
- Pinheiro, Paulo Sérgio — “Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na Vida Política”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: Brasil Republicano (ORG) B. Fausto, DIFEL, 1977.
- Poulantzas, Nicos — *O Estado, o Poder, o Socialismo*. RJ, Ed. Graal, 1980.
- Queiroz, Maria Isaura P. — *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira* — e outros Ensaio. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976.
- Theophilo, Rodolpho — *A Sedição do Joazeiro* — Edição da “Revista do Brasil”. S. Paulo. Monteiro Lobato & C. Editores, 1922.

JORNAIS

Unitário — Fortaleza (1912-1913-1914).

OPÚSCULOS

Plataforma Lida no Banquete Político de 21 de março de 1912 pelo Tenente-Coronel Marcos Franco Rabello.